

ARTIGO 10.22481/praxisedu.v15i33.5286**TRILHAS DA HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ALAGOAS**

TRACKS OF ORAL HISTORY: MEMORIES OF YOUTH AND ADULT EDUCATION IN ALAGOAS

CAMIÑOS DE LA HISTORIA ORAL: MEMORIAS DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN ALAGOAS

Marinaide Lima de Queiroz Freitas
Universidade Federal de Alagoas – Brasil

Jailson Costa da Silva
Instituto Federal de Alagoas – Brasil

Resumo: Narramos neste artigo, a partir da investigação iniciada por Freitas e Moura (2006), que teve um recorte temporal de 1960 a 1980, o continuum das pesquisas-memórias (2010, 2013 e 2018) da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de socializar a rede documental que vem se estabelecendo no Estado de Alagoas. Nesse sentido, os escritos que ora apresentamos entrelaçaram-se nas trilhas da História Oral tomando como referência os estudos de Alberti (2008) e Portelli (2010). A evocação da memória e as suas implicações, na reconstrução da história em nossos estudos firmaram/firmam-se nos postulados teóricos de Amado (1995), Bosi (1994), Halbwachs (2006) e Pollack (1989). Articulamos a interação das fontes orais com outras fontes – documentos escritos, imagens, entre outros, na perspectiva da composição de uma rede documental. As fontes orais e visuais, sobretudo, nessa caminhada, ajudaram-nos a desconstruir ideias prontas e acabadas sobre determinados conhecimentos, revelaram a complexidade da escuta sensível e lançaram-nos a novas aventuras, em cada investigação realizada que vem permitindo o construto de uma rede documental. Contribui, ainda, para novas interpretações que emergiram de memórias e de histórias de vida, marcadas indelevelmente, muitas vezes não creditadas como possíveis. E por fim deixaram pistas para continuarmos a reconstruir a história da Educação de Jovens e Adultos em Alagoas.

Palavras-chave: História oral; Memória; Educação de jovens e adultos; Alagoas.

Abstract: We narrated in this manuscript from the research initiated by Freitas and Moura (2006), with a temporal cut from 1960 to 1980, the continuum of research-memories (2010, 2013 and 2018) of Youth and Adult Education (YAE), aiming to socialize the documental network which has been established in the State of Alagoas. In this sense, the writings presented here are intertwined in the tracks of Oral History, taking as a reference the studies by Alberti (2008) and Portelli (2010). The evocation of memory and its implications in the reconstruction of history in our studies have firmly established in theoretical postulates of Amado (1995), Bosi (1994), Halbwachs (2006) and Pollack (1989). We articulate the interaction of oral sources with other sources – written documents, images, among others, in the perspective of the composition of a documentary network. The oral and visual

sources, especially on this walk, helped us to deconstruct ready and finished ideas concerning certain knowledge, revealed the complexity of sensitive listening and have thrown us into new adventures in each investigation carried out which has allowing the construction of a documentary network. It also contributes to new interpretations that have emerged from memories and life histories, indelibly marked, often not credited as possible. And finally they left clues to keep going to reconstruct the history of Youth and Adults Education in Alagoas.

Key Words: Oral History; Memories; Youth and Adults Education; Alagoas.

Resumen: En este artículo narramos, a partir de la investigación iniciada por Freitas y Moura (2006), que tuvo un recorte temporal de 1960 a 1980, el continuo de las investigaciones-memorias (2010, 2013 y 2018) de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), con el objetivo de socializar la red documental que se viene estableciendo en el Estado de Alagoas. En ese sentido, los escritos que ora presentamos entrelazaron en los caminos de la Historia Oral tomando como referencia los estudios de Alberti (2008) y Portelli (2010). La evocación de la memoria y sus implicaciones, en la reconstrucción de la historia en nuestros estudios, se firmaron/firman en los postulados teóricos de Amado (1995), Bosi (1994), Halbwachs (2006) y Pollack (1989). Articulamos la interacción de las fuentes orales con otras fuentes - documentos escritos, imágenes, entre otros, en la perspectiva de la composición de una red documental. Las fuentes orales y visuales, sobre todo, en esa caminata, nos ayudaron a deconstruir ideas listas y acabadas sobre determinados conocimientos, revelaron la complejidad de la escucha sensible y nos proyectaron a nuevas aventuras, en cada investigación realizada que viene permitiendo el constructo de una red documental. Contribuye, además, a nuevas interpretaciones que surgieron de memorias y de historias de vida, marcadas indeleble, muchas veces no acreditadas como posibles. Y por fin dejaron pistas para continuar reconstruyendo la historia de la Educación de Jóvenes y Adultos en Alagoas.

Palabras clave: Historia oral; memoria; Educación de jóvenes y adultos; Alagoas

1 Como tudo começou ...

A História Oral marcou os estudos da Educação de Adultos (EDA) e de Jovens e Adultos (EJA) em Alagoas a partir de 2006, no âmbito do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Educação (Nepeal), pertencente ao Centro de Educação (Cedu), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), quando da realização da pesquisa: **A educação de jovens e adultos em Alagoas: incursões na história das políticas – ações e concepções no âmbito governamental (1960 – 1980)**¹. Para as responsáveis pelo estudo, que foram as

¹ Pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa CNPq Teorias e Práticas sobre Educação de Jovens e Adultos, sob a coordenação e vice-coordenação das pesquisadoras do Cedu/Ufal Tania Moura e Marinaide Freitas, aprovada em edital público em 2005, originado do convênio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e a então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de realizar atividades acadêmico-científicas par apoiar políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos, diversidade étnico-racial, educação do campo, educação indígena, relações de gênero e educação ambiental.

pesquisadoras Freitas e Moura (2007, p. 131), essa investigação “[...] inseriu-se no interesse em atualizar o uso das fontes da história da educação, incluindo tanto aquelas tradicionalmente utilizadas, ou seja, as fontes escritas, bem como a fonte oral”. É que esse cruzamento de diversas fontes no tratamento da temática desencadeou uma riqueza de dados, porque possibilitou múltiplos olhares, na pesquisa realizada.

É importante dizer que a opção pela abordagem da História oral adveio da ausência de memória escrita constatada pelas autoras líder e vice-líder do Grupo de Pesquisa/CNPq Teoria e Práticas em Educação de Jovens e Adultos² em visitas realizadas à Secretaria de Executiva e Educação do Estado de Alagoas (SEEE-AL), especificamente ao Núcleo de Certificação do Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), assim denominado à época, responsável pela guarda de documentos de todos os programas, que envolveram/envolviam jovens e adultos, a exemplo: Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), Programa Educação Integrada (PEI), Projetos Minerva e João da Silva, além dos documentos dos Exames Supletivos de Educação Geral e Profissionalizante; ao Conselho Estadual de Educação de Alagoas (CEE-AL), onde encontrou-se algumas Resoluções e, por fim, da Biblioteca Pública do Estado de Alagoas, também com ausência de registros.

A mesma busca repetiu-se nas então Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE)³, denominadas atualmente de Gerências Regionais de Ensino (Gere), pertencentes, também, à Secretaria Executiva e Educação do Estado de Alagoas (SEEE-AL); no caso 04 situadas no município da capital e nas 11 existentes em cidades do interior do referido Estado, cujas respostas das pessoas foram unânimes ao dizerem que “[...] todos os documentos [...] eram enviados e centralizados na Secretaria Estadual de Educação” (FREITAS; MOURA, 2007, p. 132). Além das Coordenadorias buscou-se as Secretarias de Educação dos municípios alagoanos, e constatamos a inexistência de arquivos com documentações. Em algumas localidades as pesquisadoras foram informadas que as enchentes, os incêndios e a falta de manutenção em relação à existência de cupins, contribuíram para o extravio de documentos que estavam sob a guarda das Secretarias.

2

Formado por professores e estudantes da Ufal; professores de EJA das redes estadual e municipal e outros interessados.

3

Na época existiam 11 Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), que se caracterizavam como uma instância governamental intermediária entre a Secretaria Estadual de Educação e a escola. Possuíam a incumbência de monitorar, manter e avaliar os trabalhos realizados pelas unidades de ensino e agiam como mediadoras dos conflitos vivenciados pelos sujeitos inseridos nas comunidades escolares.

Freitas e Moura (2007) recorreram também à Secretaria Municipal de Educação de Maceió (Semed), que depois de muita busca no arquivo morto localizou um álbum de fotografias das formaturas dos alunos do Mobral. Embora Certeau (2011) considere que a pesquisa iconográfica permite reconstruir um saber-memória, que se expressa nas histórias que nos contam e contamos a partir delas, para as pesquisadoras esse material não dava conta da amplitude da pesquisa que se iniciava, mesmo sendo uma importante fonte na História oral.

Diante desses e de outros impasses, a revelação de uma agente administrativa do Núcleo acima mencionado, que foi denominada na ocasião da coleta – de mulher memória –, em sua ação solitária de preservar documentos, por meio de seus gestos anônimos e desesperados, sem ter intenção, mostrou às pesquisadoras que o caminho era o da História oral, ao dizer “[...] um monte de documentos que ia pro lixo, a equipe que estava aqui se recusou a apanhar [...] eu guardei os documentos porque o pessoal quando vem procurar [...] ai vem me procura, por isso eu tomei conta [...]”. “À exceção segundo a depoente, dos documentos do Mobral, que por ordem do Ministério da Educação foram encaminhados ao órgão central do Movimento no Nordeste, situado em Recife e não ficaram cópias, sobretudo, das notas dos alunos. Em consequência disso, o atendimento às solicitações não foram atendidas.

Para Freitas e Moura (2007, p. 133) o depoimento da agente administrativa revelou que a “memória oficial não tem sido objeto de cuidado e compromisso daqueles que assumem a gestão dos órgãos públicos do estado” de Alagoas. Enfatizam, ainda, as pesquisadoras:

[...] que não se preserva a história documental principalmente em relação à educação, assim como parece ser esta uma prática de apagamento da história [...]. A cada governante que assume a direção dos espaços públicos é como se passasse uma varredura e limpasse todos os vestígios escritos que possibilitassem garantir a história das épocas: inicia-se tudo a partir do zero.

É importante salientar que a pesquisa registrou que dos anos de 1960 ao final de 1980, o Estado de Alagoas reproduziu as Campanhas Federais de Alfabetização de Adultos e de Jovens e Adultos, sem a preocupação com a continuidade dos estudos dos egressos dessas Campanhas. E na fala dos entrevistados o mais recorrente na lembrança foi o Mobral, sejam nos depoimentos dos ex-secretários municipais de Educação, ex-supervisoras, ex-alfabetizadores, dentre outros.

Em suas (in)conclusões Freitas e Moura (2007) afirmaram que essa investigação abriu flancos para outras pesquisas em EJA, para o registro de memória e nesse sentido buscou na História oral, os elementos explicativos das ações que não foram, ainda, esclarecidas e que revelem na história recente as mudanças em relação ao passado e que, as lições desse passado ensinem as políticas educacionais para jovens e adultos.

Feitas essas considerações iniciais, este artigo que tem como foco a narrativa do continuum das pesquisas-memórias em EJA partimos do sentimento que nos desperta Alves e Garcia (2002, p. 274), ao dizerem que narrar envolve:

[...] uma **forte experiência humana**, ampla tanto no tempo quanto no espaço, pois era assim que os antigos contavam a sua História, e esta forma narrativa pode ser encontrada em todos os lugares deste planeta [...] [permitiu] uma **ressignificação**, uma história diferente das que conhecemos em relação aos **conhecimentos [...] políticos oficiais**, que são, sobretudo, escritos. (Grifos das autoras).

Dessa forma nossos escritos iniciaram-se pelas considerações sobre a História Oral e na sequência narramos três pesquisas surgidas a partir da pesquisa. **A educação de jovens e adultos em Alagoas: incursões na história das políticas – ações e concepções no âmbito governamental (1960 – 1980)**, que consideramos guarda-chuva, pois desencadeou outras pesquisas-memórias a partir do Banco de Dados do Nepeal/Cedu e de outras fontes.

Essas pesquisas, que seguiram as trilhas da História oral foram desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa CNPq Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos (Multieja)⁴, por autores que dele fazem parte e optaram por aprofundar seus estudos, para garantir a memória escrita das ações da Educação de Adultos e de Jovens e Adultos (EDA e EJA). A primeira é um estudo comparativo entre o Mobral e o Programa Brasil Alfabetizado considerando duas categorias: o conceito de alfabetização e a continuidade dos estudos (LIMA, 2010), e na sequência mais dois estudos. Um que tem como foco o Mobral/Programa de Alfabetização Funcional (PAF) segundo (SILVA, 2013) e outra sobre o Mobral Cultural, (SILVA, 2018) sendo as duas últimas no contexto do sertão⁵ alagoano, na cidade de Santana do Ipanema⁶.

4

Grupo de Pesquisa CNPq liderado pela professora Marinaide Freitas do Centro de Educação (Cedu), da Universidade Federal de Alagoas.

5

Ao nos referirmos ao Sertão de Alagoas, destacamos que é um entre os Sertões e que o enxergamos na contramão daquelas pessoas que não os conhecem e disseminaram, e ainda disseminam uma visão de Norte ao

Olhar para a história a partir dos sujeitos ordinários e rejeitados, segundo Certeau (2011) e Benjamim (2012), respectivamente, tornou-se um posicionamento assumido por nós, na construção desses estudos, ao darmos ênfase à reconstrução da história, por meio de narrativas que explicitam as experiências das pessoas que participaram de fatos históricos. Nosso foco nas narrativas é oriundo dos postulados teóricos de Benjamin (2012) para quem, diferentemente da informação, que só tem valor enquanto é novidade, a narrativa “[...] não se esgota jamais. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos” (p. 220).

O posicionamento teórico-metodológico adotado nas nossas pesquisas apóia-se, também, nos estudos de Certeau (2011), considerando o valor atribuído pelo autor ao exercício da *escuta*, sobretudo dos sujeitos das classes populares. A ligação do autor com a psicanálise⁷ justifica essa sensibilidade em ouvir o outro, anunciada na dedicatória do livro *A invenção do cotidiano*, onde o dedica “[...] ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável. Invocando, no limiar de seus relatos, o ausente que lhes dá princípio e necessidade, interrogo-me sobre o desejo cujo objeto impossível ele representa [...]” (CERTEAU, 2011, p. 55). Esse personagem representa os inúmeros sujeitos que resistem “cotidianamente” por meio de suas “táticas”, às imposições “estratégicas” das instituições hegemônicas, por isso esse sujeito é tido pelo autor como “ordinário”.

2 História oral como abordagem metodológica

Sul do país como: “Territorialidades e significações ao longo do tempo: lugar desconhecido, perigoso, bárbaro, selvagem, incivilizado, de natureza bruta, rico, pobre. Desabitado ou pouco povoado, Oeste, deserto, longínquo, distante das regiões povoadas, interior, isolado, sem lei”. (MELO, 2006, p. 81). Isso não aconteceu e não acontece por acaso. É que o conceito de Sertão, segundo Melo (2006), foi grafado, no princípio, pelo imaginário do colonizador português, que sob o seu ponto de vista assim o caracterizava. Levamos em conta que o Sertão é, sobretudo, um espaço de pluralidade, pois como enfatiza Albuquerque Jr. (2014, p. 41-42). “Sabemos de antemão que o sertão já não se diz no singular, que este recorte espacial, que essa identidade regional guarda em seu interior a diferença, a diversidade, a multiplicidade de realidades e, talvez, de representações”. São estas múltiplas realidades que precisam ser contadas, objetivando a desconstrução dos estigmas propagados acerca do Sertão.

6

Situada Mesorregião do Sertão alagoano. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) Santana do Ipanema conta com uma população de 44.932 habitantes, com área territorial de 437, 875 km² e densidade demográfica de 102, 61 (hab./km²). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Santana do Ipanema é 0,591, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

7

Foi juntamente com Lacan, um dos fundadores da Escola Freudiana de Paris.

As pesquisas relacionadas à EDA e à EJA em Alagoas, seguindo as trilhas da História oral, analisaram/analisa ações desenvolvidas com os sujeitos jovens e adultos, por meio de seus depoimentos orais no sentido de garantir a memória escrita dessas ações, evitando assim, que caíam no esquecimento. Alberti (2008, p. 155) nos fez compreender que “A História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ (grifo da autora) e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”.

Neste item ocupamo-nos em apresentar aspectos da História oral enquanto metodologia da pesquisa com ênfase na interação com as fontes visuais – documentos e fotografais, constituídas de narrativas que, interpretadas pelos pesquisadores, compõem novas histórias.

A oralidade é utilizada como instrumento que tem condições de estabelecer a relação *teoriaprática*⁸ recorrendo à teoria da história para compreensão dos conceitos de história e memória e as formas como estas se relacionam. A História oral desempenhou/desempenha um papel fundamental na reconstrução de fatos históricos, uma vez que: nos permitiu “[...] realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem [puderam] testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea” (CPDOC)⁹.

As pesquisas que narraremos tiveram como base os escritos de Alberti (2008) e Portelli (2010) e buscou nos depoimentos a compreensão de contextos históricos, guardados nas lembranças dos depoentes que vivenciaram. É que essa abordagem metodológica advém do pressuposto de que a não valorização de saberes acumulados, pelos que vivenciaram a história, pode resultar no fim da memória.

Em Pollack (1989), encontramos a ênfase nas memórias subterrâneas, que de forma subversiva afloram no silêncio e no esquecimento das culturas minoritárias:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’ [...] (POLLACK, 1989, p. 4).

8

Usamos os termos juntos para garantir a indissociabilidade existente entre eles.

9

Concepção da metodologia da História oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaora>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Citamos como exemplo o que a pesquisa mostra sobre o Mobral no Sertão de Alagoas que enfatizamos mais adiante. A memória ganha a partir do testemunho oral, uma característica de fonte histórica, bem como de objeto de análise. A evocação da memória e as suas implicações, na reconstrução da história, em nossos estudos firmaram/firmam-se nos postulados teóricos de Amado (1995), Bosi (1994), Halbwachs (2006) e Pollack (1989). Atrai-se a esse contexto a fotografia como fonte documental. É que privilegiamos em nossos estudos, a interação das fontes orais com outras fontes – documentos escritos, imagens, entre outros, na perspectiva da composição de uma rede documental.

A composição dessa rede documental exige do pesquisador, o entendimento do valor de outros documentos históricos que abordam o tema em questão. Ao discorrer sobre essa particularidade da história oral Alberti (2008, p. 189) revela que: “[...] o **trabalho simultâneo com diferentes fontes e o conhecimento aprofundado do tema**” permite perceber “dissonâncias” que podem indicar caminhos profícuos, como comparar as narrativas construídas a partir das entrevistas com outros documentos encontrados em arquivos, como na pesquisa de Lima (2010). Essas comparações permitiram à pesquisadora o aguçamento de sua percepção acerca do objeto em estudo “[...], pois às vezes há um deslocamento temporal ou de sentido que permite ao pesquisador verificar como a memória sobre o passado vai se constituindo no grupo” (ALBERTI, 2008, p. 187).

Abrimos espaço para narrarmos duas experiências vivenciadas com outras fontes, além da entrevista. A primeira, no segundo semestre de 2015, com as fontes documentais recuperadas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), quando do intercâmbio proporcionado por meio de missões na referida Universidade. E que fazem parte do Programa de Cooperação Acadêmica (Procad/Casadinho), financiado pelo CNPq; e envolveu a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nesse contexto, interagimos com as fontes documentais de várias naturezas, o que possibilitou o enriquecimento do estudo, principalmente ao que diz respeito ao contingente de informações acerca do Mobral.

A segunda experiência vinda em sequência (no ano de 2016), que passou a enriquecer nossas pesquisas, fora o contato com a publicação de um *e-book* com conjunto de três DVD-Rom, intitulado *Educação popular e educação de jovens e adultos: memórias e histórias*,

material esse organizado por Osmar Fávero¹⁰. Trata-se de outra fonte de pesquisa, que caracterizamos de singular, onde reúne um extenso banco de fontes documentais do campo da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. O *e-book* comporta, em seus três DVD-Rom um acervo que vinha sendo reunido ao longo dos últimos 60 anos.

Na caminhada com a História oral, em nossos estudos, entendemos a relevância da entrevista denominada de Entrevista temática, como fonte para a história, visto que, uma das principais características do método da história oral está relacionada à organização de um acervo composto de entrevistas, que podem ser úteis, inclusive para os estudos de outros pesquisadores. Esse tipo de entrevista, segundo Alberti (2008, p. 72) dedica-se “[...] prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido”. Reconhecemos, nesse processo de produção das entrevistas, que elas não falam por si, uma vez que, o pesquisador passa a assumir um espaço importante no momento que as realiza, como o agente responsável pela mediação do diálogo durante o trabalho de campo e no momento que faz a análise.

Nessa linha de raciocínio, Portelli (2010, p. 20) é enfático ao declarar que “na história oral [...] o relato da história não é um fim em si mesmo. No que diz respeito ao entrevistador, visa à produção de outro texto: uma fita, um vídeo, e, principalmente, um texto escrito, um livro”.

Essa produção passa pela análise, sobretudo, da narração evocada no momento de diálogo estabelecido durante a entrevista. Dentre essa riqueza de fontes que nos possibilita confrontá-las o que contribui para o enriquecimento das pesquisas e para comparação das informações contidas nas fontes orais com as demais, sem falar no acréscimo de informações que os documentos e fotografias puderam acrescentar, inclusive no processo de rememoração no decorrer da entrevista, no item que se segue enfatizamos a fotografia como fonte documental.

3 A fotografia como fonte documental: alguns achados

Os escritos de Cartier-Bresson (1971) traduzem o valor da fotografia no processo de reconstrução do passado, por meio da memória imagética que traz em sua essência

10

Professor Emérito da universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos (Nedeja), mentor dessa iniciativa, tendo como auxiliar Elisa Mota, à época mestranda da PUC – Rio de Janeiro que atuava no referido Núcleo.

fragmentos de um passado, que pode ser revisitado a partir da imagem. Dessa forma, pode-se entender que entre os meios de expressão existentes a fotografia se sobressai, uma vez que “[...] é o único que fixa para sempre o instante preciso e transitório [...]” (CARTIER-BRESSON, 1971, p. 21). Trata-se da retenção de momentos que não voltam a acontecer, e que, por mais que fiquem gravados nas lembranças de quem os vivenciou não são possíveis de ser revelados, porque as memórias dos protagonistas da história não são reveláveis em laboratórios fotográficos.

Fixada na fotografia, a memória de um instante é preservada, guardada como um tesouro que carrega em si a preciosidade de um tempo que não se resgata, mas se reconstrói a partir das imagens que evidenciam características de um acontecimento histórico e possibilitam o aguçamento da imaginação dos que não viveram tal momento, bem como, o reencontro de um passado presente nas lembranças dos sujeitos que protagonizaram o fato histórico. Nesta parte fazemos menção à história grafada nas fotografias, e destaca as narrativas que as imagens carregam em si, e as muitas outras que podem ser imaginadas e interpretadas a partir delas, dessa forma, apoiamo-nos nos postulados teóricos de: Cartier-Bresson (1971), Guran (2011; 2012), Leite (1993).

As fontes orais, ao interagir com as fontes visuais registradas durante a atuação do Mobral em Alagoas, revelam a intensidade do movimento na vida dos sertanejos. A fotografia funciona como um instrumento de rememoração, pois, como destaca Guran (2011): “Estimulados pelas fotografias, os informantes vão muito além do que está representado na imagem, já que uma das características da fotografia é justamente esse poder de desencadear ideias recorrentes em um processo que tem tanto de sensível como de racional.” (GURAN, 2011, p. 88). As conversas com as pessoas por meio de entrevistas possibilitaram o enriquecimento da investigação, e permitiu observar de perto as questões subjetivas em seus testemunhos, na tentativa de maior compreensão do que foi posto acerca dos fatos vividos, e registrados nas fotografias.

Nessa caminhada de pesquisas sobre o Mobral, conseguimos reunir um corpus documental composto de 87 fotografias¹¹ caracterizado por imagens diversas, que apresentam comportamentos fotográficos variados, em sua grande maioria de profissionais desconhecidos. Os estudos de Leite (1993, p. 165), mostram que essa categoria de imagens tem grande valor, uma vez que, “feita para recordar atos da vida, em sua continuidade, está

11

Todas as fotografias fazem parte do conjunto de memórias do acervo pessoal dos entrevistados e foram cedidas no momento das entrevistas e disponibilizadas para publicação.

carregada de conotações tanto mais fortes quanto mais condicionadas pelo mundo exterior”. O que demonstra o valor da memória na reconstrução da história, assunto do próximo item.

4 Reconstruções históricas por meio da memória

Há uma imbricação muito forte entre história e memória, apesar das peculiaridades que cada uma detém. A apresentação dessas distinções serve de alerta sobre a reelaboração, ou até mesmo seleção das lembranças que ganham espaço nos depoimentos dos nossos interlocutores durante as entrevistas. O que nos faz compreender que se trata da rememoração, no momento presente, de uma experiência vivida no passado. Segundo Amado (1995, p. 131), o processo de rememoração atribui novos significados às experiências vividas no passado, sendo que a memória “ao trazer o passado até o presente, recria o passado [...]”

Essa problemática da restituição do passado através da memória é alvo de muito cuidado em nossos estudos. Alertados por Bosi (1994) destacamos a impossibilidade de “resgate” do passado, para a autora não é possível reviver o passado a partir da lembrança, é possível apenas a reconstrução e o repensar deste passado, tendo como base as ideias e imagens do presente. E a autora ressalta que: “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 1994, p. 55).

No que diz respeito à utilização das fontes orais e visuais nas pesquisas em questão, convém salientar a intervenção dessas fontes enquanto elementos disparadores das memórias obscurecidas que, encontram força nas imagens e narrativas registradas durante as entrevistas. Essas fontes permitem aos interessados, a reconstrução de um acontecimento histórico preso no passado, “[...] submetido a um limite fatal que o tempo impõe [...]” (BOSI, 1994, p. 59). Tal fato impossibilita a restituição do passado, deixando apenas a possibilidade de reconstrução dos acontecimentos através dos artefatos históricos disponíveis no presente.

As fontes históricas sejam elas, orais ou visuais, nos fazem entender que as lembranças sobrevivem ao passado, e que ganham força quando são rememoradas coletivamente, e ainda mais que essa coletividade perpassa todo e qualquer processo de rememoração como enfatiza Maurice Halbwachs, estudioso das relações existentes entre a memória e a história.

Para ele, as nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. “Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros

estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

As fontes orais e visuais que encontramos no percurso das investigações ajudaram a aguçar as lembranças individuais, vivenciadas por indivíduos que encontram aporte na memória social, coletiva daquele contexto histórico por meio das fontes que compõem o episódio, assim como Halbwachs (2006, p. 69) “[...] diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]”.

A coletividade da memória é elemento constante nas entrevistas realizadas durante nossos estudos, uma vez que, os depoentes compartilham suas lembranças uns com os outros por intermédio da socialização – feita pelos pesquisadores; de fotografias; materiais didáticos e documentos referentes ao Mobral no decorrer das entrevistas. Nessa perspectiva as memórias são aguçadas, facilitando o processo de rememoração acerca de um fato histórico emblemático. “[...] a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 69). Nesse sentido, a história passa a ter mais veracidade, uma vez que os fatos rememorados não são mais frutos de memórias individuais, passam a fazer parte de um construto coletivo, em que os sujeitos envolvidos ajudam-se mutuamente por meio de suas lembranças.

5 O continuum das pesquisas-memórias em EJA: o que a história oral nos disse

Os estudos retomados a partir da iniciativa de Freitas e Moura (2006), que teve o recorte temporal de 1960-1980, envolveram as ações do Mobral¹², predominantemente, o Programa Alfabetização Funcional (PAF)¹³, em âmbito governamental, os

12

O Mobral nasceu como Fundação amparada pela Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Era originalmente financiado por recursos provenientes da Loteria Esportiva e da indicação de até 2% do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas. Em momento posterior, seus recursos limitaram-se ao Imposto de Renda, nas mesmas regras anteriores. Em 1985, quando a chamada transição democrática se iniciava, por eleição indireta, o retorno à democracia, a instituição Mobral foi extinta, dando origem à Fundação Educar, que teve objetivos e finalidades redimensionados, estrutura e vinculação com o MEC.

13

O PAF era um programa que, assumindo desde a nomeação — “funcional” — a concepção de um modo de alfabetização, tinha a finalidade de utilizá-la para aplicação imediata no cotidiano, o que deveria ser feito, em prazos curtos, revertendo rapidamente a condição da mão de obra trabalhadora até então analfabeta, agora requerida como, minimamente, alfabetizada.

¹⁴ sujeitos entrevistados pelas pesquisadoras, nos seus depoimentos deram maior ênfase ao referido Movimento, apesar de já existir à época o Sistema Supletivo da rede oficial. Acreditam as autoras que o Movimento estava fortemente presente na memória de todos os entrevistados ou por questões positivas ou negativas. Isso aguçou a nossa curiosidade epistemológica.

O Mobral implantou em Alagoas vários programas, tais como: Alfabetização Funcional (PAF); Educação Integrada (PEI); Mobral cultural; Profissionalização; Educação Comunitária para a Saúde; Diversificado de ação comunitária; Autodidatismo; Infanto-juvenil e Pré-escolar. Alguns desses Programas foram complementares ao PAF, e absorveu os alfabetizandos, ainda em processo de alfabetização, bem como os que a concluíam e outros preenchendo as lacunas onde os governos locais não atuavam. Na sequência narramos as pesquisas-memórias que foram entrelaçadas pela História oral, envolvendo o Mobral e o PBA.

5.1 Contribuição de Lima (2010): Mobral e PBA – conceito de alfabetização e continuidade dos estudos

Ao refazermos os passos das pesquisas de EJA em Alagoas encontramos os contributos dos estudos de Lima (2010) realizados no período de 2008 a 2010, que se debruçou em seus estudos sobre as Campanhas de alfabetização de adultos e de jovens e adultos em Maceió, por meio de um estudo comparativo entre o PAF/Mobral (1967-1985) e o Programa Brasil Alfabetizado (PBA 2003-2010), considerando duas categorias: a) o conceito de alfabetização e, b) a continuidade dos estudos. Buscou saber se houve permanência ou ruptura dessas categorias entre os Programas em estudo. Como aspectos estruturais que obstam a superação do analfabetismo no Brasil tendo como lócus o município de Maceió, e utilizou basicamente a entrevista e os documentos encontrados.

Elencamos a seguir pontos comuns e as singularidades encontradas na pesquisa acima citada, e ao mesmo tempo, enunciamos reflexões mencionadas pela pesquisadora. Lima (2010) detectou que ao longo da história da educação brasileira as iniciativas educacionais voltadas para adultos (1930-1985) e jovens e adultos (1985-2010) foram marcadas por institucionalizações de Campanhas de Alfabetização de caráter conservador. Não apresentavam em sua maioria a preocupação para com a continuidade dos estudos dos

¹⁴

Secretários de educação do período, ex-coordenadores e ex-alfabetizadoras do Mobral.

sujeitos-alfabetizandos, e isso contribuiu para elevar o número de analfabetos funcionais. Ficou explícita a ausência de políticas públicas de Estado que garantam a modalidade em questão e as reais condições de recursos financeiros, físicos e humanos, entre outras. Essa foi também uma realidade que incidiu no município de Maceió, que se atrelou às ações federalizadas.

As tentativas brasileiras, no campo da Educação de Adultos e de Jovens e Adultos acontecidas no intuito de romperem com os modelos conservadores, aconteceram à época do governo populista de João Goulart (1961-1964) e foram provenientes das lutas, a exemplo as do período da redemocratização do país (1978-1988). Essas tentativas foram sempre localizadas e interrompidas bruscamente. Maceió, como o estudo demonstrou, não apresentou envolvimento em iniciativas progressistas, como por exemplo, as acontecidas em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, de 1958 até início de 1963. Apenas no período de 1993-2003 tentou-se implantar a EJA de forma a avançar do modelo federalizado, não tendo sustentação na continuidade de uma iniciativa que à época pareceu inédita aos olhos da comunidade maceioense.

A oferta da escolarização na modalidade EJA, embora constituída como direito universal, legalmente reconhecida na Constituição Federal de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.694 de 1996); no Parecer nº 11/2000 do Conselho de Educação Nacional/Câmara de Educação Básica; dentre outros documentos legais. Arelado a outros referenciais internacionais como a Declaração de Hamburgo (1997) e o Marco de Belém (2010), ainda está no contexto da negação de direito e de legitimação a tornar-se uma política pública de Estado. Haja vista a presença de programas compensatórios, seja no campo da filantropia, seja no das políticas de formação das empresas.

No entanto, não há o silenciamento dos movimentos sociais em relação a essa realidade. Os Fóruns de EJA do Brasil, surgidos em 1996 vêm mantendo um diálogo permanente, mesmo que conflituoso, com o Ministério da Educação, especificamente, à época com a Secad, na busca da consolidação de uma política de Estado voltada para a modalidade.

Considerando as categorias de análise, o estudo de Lima (2010), apontou que em relação ao **conceito de alfabetização** no PBA em âmbito nacional, as Resoluções estudadas sugerem aos entes executores, a escolha de concepções de alfabetização com base nas contribuições teóricas de três pesquisadores: Ferreiro, Freire e Soares. As opções dos Estados e municípios devem ser expressas com base nos pesquisadores citados.

A pesquisa mostrou que, nacionalmente, há a preocupação de se avançar do conceito de alfabetização centrado apenas na codificação e decodificação, caracterizando-se como uma

tentativa de ruptura com o preconizado pelo Mobral, que definiu um conceito de alfabetização centrado nos rudimentos da leitura, escrita e do cálculo, sem avançar daquele utilizado em 1930.

É importante dizer que por mais que se tente avançar, no caso específico de Maceió, que optou pelo letramento de Soares (2004), a ruptura não aconteceu, sobretudo, pela ausência à época, das reais condições objetivas, como mencionaram os técnicos entrevistados do Departamento de Jovens e Adultos (Deja) da Secretaria de Educação do Município de Maceió (Semed). Eles destacaram ainda a permanência do caráter eleitoreiro na escolha dos alfabetizadores, que em sua maioria, não possuíam a formação inicial; a ausência da formação continuada dos alfabetizadores de forma permanente e contínua; acompanhamento das classes, pelos coordenadores de turmas, de forma não sistematizada; a falta de condições materiais, e a remuneração irrisória dentre outros fatores.

Essa realidade do PBA, materializada em Maceió, assemelha-se ao que aconteceu à época do Mobral, e contribui para gerar um número significativo de analfabetos funcionais, a desqualificação da educação e a limitação no processo ensino-aprendizagem.

A continuidade de estudos que está atrelada às iniciativas de políticas públicas educacionais, que permitam aos estudantes ampliar seus estudos e dar-lhes oportunidades de uso das práticas de leitura e de escrita, em diferentes situações da prática social, apresentou neste estudo um caráter de permanência das realidades existentes no Mobral e no PBA.

No âmbito do Mobral, em primeiro lugar pelo fracasso do PEI, com a ideia de garantir o prosseguimento dos estudos dos alfabetizados e realizado por meio de convênios com as Secretarias Estaduais e Municipais que cediam os seus recursos humanos e as instalações necessárias e se encarregavam da organização do programa.

Em segundo plano, com a extinção do Mobral em 1985, os Estados e Municípios assumiram o PEI, no caso de Maceió, que funcionou até 1993. Explica Paiva (2003) que o Programa não representou uma forma segura de continuação dos estudos para os alfabetizados do Mobral, que terminou caracterizando-se como uma alternativa de estudo condensado para os alunos potenciais do supletivo em geral e não se sustentaram por muito tempo.

Já em relação ao PBA, há um grande estranhamento, tanto porque, historicamente, as Campanhas mostraram que não houve prioridade governamental em relação à continuidade dos estudos dos seus egressos e a história se repetiu. Também considerando o avanço legal que dispomos para essa área, no Brasil e os referenciais internacionais, dos quais somos signatários, que asseguram o direito à educação básica a todos os sujeitos, independentemente da idade. Isso, na perspectiva de educação continuada e, conseqüentemente, a exigência do

aprender por toda a vida, independentemente da educação formal, incluindo-se nessa vertente as ações educativas de gênero, de etnia, de profissionalização, das questões ambientais, dentre outras.

No entanto, a investigação de Lima (2010) pôde comprovar que a continuidade dos estudos ainda está distante para os egressos do PBA, considerando que não há na rede de ensino de Maceió, mecanismo que os encaminhem diretamente às escolas que realizam a EJA institucionalizada. Esse trâmite acontece de forma localizada e atende à minoria dos alfabetizandos e com muitos obstáculos. Dessa forma, os egressos têm buscado dois caminhos: ou deixam de estudar, obrigados a desistirem da escolarização, ou retornam aos programas de alfabetização.

Acreditamos que Maceió é um exemplo do que acontece na maioria dos municípios brasileiros, considerando que no âmbito federal; a preocupação com a implantação e financiamento nos Estados brasileiros da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (2009), para que em primeiro lugar realizem estudos sobre a demanda dos egressos do PBA e as condições de oferta da EJA. Em segundo plano, a implantação e manutenção de um fluxo permanente de encaminhamento dos alfabetizandos do referido Programa para as escolas que atuam com EJA, no âmbito dos Estados e dos Municípios.

As lacunas mostradas pelo estudo de Lima (2010), que dizem respeito às Campanhas de Alfabetização federalizadas, mesmo enquanto mobilizadoras do processo de alfabetização têm deixado na história da EDA e da EJA dados para que se reflita de forma responsável, a modalidade como política pública de Estado, evitando a dicotomia tão presente ainda de Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Por fim, Lima (2010) evidencia que as rupturas são fragmentadas e não se estabelecem e as permanências são predominantes, no que diz respeito às duas categorias estudadas: **conceito de alfabetização** e **continuidade dos estudos** e isso tem impedido a superação do analfabetismo no Brasil e no município de Maceió.

5.2 Contribuição de Silva (2013): Mobral/PAF – impactos e contribuições

Seguindo as trilhas da História oral, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos (Multieja) chegam ao sertão de Alagoas, com um estudo realizado no período 2011-2013, a partir do Banco de Dados do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Alfabetização (Nepeal) do Centro de Educação

(Cedu) da Ufal e, do cruzamento com outras fontes, questionou, após quatro décadas, impactos/contribuições do Mobral, especificamente o Programa de Alfabetização Funcional (PAF) na formação de sujeitos-alunos sertanejos.

A pesquisa acima citada evidenciou a forte aprovação do Movimento pelos ex-alunos sertanejos, uma vez que a iniciativa do PAF apresentou-se como a primeira oportunidade de acesso ao ensino para aqueles que à época residiam na zona rural do município em estudo, o que dificultava ainda mais a apropriação de ações governamentais, de maior concentração na cidade sede do município.

Por motivos como estes, todos os sujeitos entrevistados, sejam eles ex-alunos, ex-alfabetizadores e até mesmo a ex-supervisora avaliaram de maneira positiva a atuação do Movimento no município de Santana do Ipanema e destacaram com saudosismo as contribuições advindas das ações de alfabetização e outras, que foram implementadas pelo Mobral no sertão alagoano nas décadas de 1970 e 1980.

As contribuições que os sujeitos da pesquisa apresentaram foram diversas. Situam-se desde a possibilidade de apropriarem-se da leitura e da escrita, mesmo de forma mecânica à “elevação” da economia do comércio do município de Santana do Ipanema, devido à circulação dos recursos advinda, mensalmente, do pagamento das bolsas aos alfabetizadores. Segundo os interlocutores, essas bolsas possibilitavam a complementação da renda de muitos sertanejos, que naquele momento histórico sofriam com a ausência de melhores fontes de renda, que garantissem o sustento de suas famílias.

No sentido das possibilidades concretas de prosseguimento dos estudos aos recém-alfabetizados, promovidas pelo Movimento, a investigação apontou limitações. Entre elas, destacou-se a centralização do Programa de Educação Integrada (PEI), no município sede, o que inviabilizou a frequência da maioria dos alunos e alunas que moravam nas comunidades mais afastadas do perímetro urbano. Ficou constatado que a oportunidade de continuidade dos estudos foi possível somente para aqueles alfabetizando que, por meio de um grande esforço diário, puderam deslocar-se do seu habitat e frequentarem as aulas no período noturno, após uma cansativa jornada de trabalho braçal.

A continuidade para a minoria dos ex-alunos foi considerada como divisor de água nas suas vidas, uma vez que, sem esta oportunidade, não teriam naquele contexto histórico a possibilidade de aprender a ler e escrever. E a “descobrir as coisas do mundo que o matuto não conhecia” (fala de um interlocutor). Permitiu também exercerem funções na comunidade onde vivem ao exercerem as atividades de comerciante, professor-a, entre outras.

Atrele-se a isso, o fato de que naquele período histórico não se contava com política educacional que garantisse a matrícula dos alunos alfabetizados em etapas subsequentes de estudos, e a Educação de Jovens e Adultos estava distante de constituir-se um direito.

É importante destacar que mesmo aqueles ex-alunos que nem tentaram a continuidade dos estudos, bem como outros, que lutaram exaustivamente em permanecer estudando e desistiram, reconhecem o Movimento como algo singular em suas vidas e se culpabilizaram por não terem continuado. E ainda afirmaram que o pouco que sabem é fruto da alfabetização do Mobral que os ajudou a ler e a escrever as primeiras letras. Não fizeram referências a outras interações que tiveram.

Vale destacar que não aparecem nos depoimentos as intencionalidades ideológicas do Movimento, ou seja, os entrevistados não se remetem à conjuntura política da época. Não aparecem alusões ao Mobral como um órgão destinado para tentar a atender, no campo da Educação de Jovens e Adultos, os propósitos desenvolvimentistas que caracterizavam seu surgimento e vigência. Estava camuflada a ideia que ele chegou por que para os militares “[...] o analfabetismo era um mal, a chaga a ser curada, responsável pelo atraso do processo produtivo e industrial, sem o que o país não ingressaria no clube dos desenvolvidos” (PAIVA, 2009, p. 166).

Essa pesquisa permitiu também refletir sobre a atuação dos alfabetizadores, fortemente marcada pelo voluntarismo e a ausência de recursos humanos com formação na região. Isto facilitou a atuação de muitos alfabetizadores sem formação para atuar nas práticas de alfabetização. Os que eram alfabetizadores habilitados tinham experiências apenas em turmas de alfabetização de crianças. Realidade essa que se repetiu no século passado e se repete neste, a exemplo de muitas Campanhas como os Programas Alfabetização Solidária (PAS em 1996) e Brasil Alfabetizado (PBA, a partir de 2003) respectivamente.

Entre as revelações ocasionadas por esta pesquisa ressaltamos algumas que abrem caminho para outras investigações, como por exemplo:

- a) A juvenilização presente nas turmas do Mobral. Os interlocutores eram muito jovens à época, o que nos leva a inferir que em Santana do Ipanema o Movimento conseguiu atrair os jovens, e atingiu o seu objetivo proposto de atender a população que se encontrava na faixa etária entre 15 e 35 anos;
- b) A presença constante de ações culturais no município lócus da investigação. Essas ações ocasionaram a valorização da cultura local, possibilitando ser a praça pública um ponto de encontro de socializações das tradições e costumes dos sertanejos;

- c) As iniciativas de profissionalização ofertadas pelo Mobral;
- d) O fato de o regime militar ter criado o sistema organizacional do Mobral em paralelo ao sistema educacional que já existia e que se destinava inclusive, à alfabetização, por meio do Ensino Supletivo. Tal fato demonstra que havia intenção ideológica nesse Movimento, que ia além do que seus gestores demonstravam, configurando-se como importante objeto de pesquisa merecedor de investigação mais aprofundada;
- e) Investigar práticas pedagógicas de alfabetizadores, que mesmo sem formação específica, desenvolveram práticas significativas e conseguiram conquistar seus alfabetizando.

Enfim, seguindo esta linha de raciocínio, sem pretensões saudosistas, acreditamos que é conveniente estudar, também, o quanto se perdeu com a extinção deste Movimento, levando em consideração a relevância dos trabalhos que eram desenvolvidos, sobretudo, no que se refere ao seu material didático, ainda pouco explorado pelos pesquisadores. Outro ponto que merece minuciosa apreciação é a especificidade de cada um dos programas que foram sendo implementados pelo Mobral, constituindo uma diversidade de ações que buscavam atender às necessidades das classes populares.

Isso nos leva a dizer que do Mobral no sertão alagoano, muitas reflexões ainda permanecem em aberto, configurando-se como um campo fértil em Alagoas, como já evidenciamos devido à ausência de memória escrita. Por isso surgiu a pesquisa, que ainda encontra-se em andamento, que tem como o foco as ações culturais desenvolvidas pelo Mobral, conforme o item “b”, acima referido.

5.3 Contribuições de Silva (2014): Mobral/Cultural – contribuições e ressignificações

O estudo iniciado em 2014, também parte da valorização e do reconhecimento dos sujeitos guardiões da memória e tem a seguinte problematização: Quais foram as contribuições e ressignificações experienciadas pelos sujeitos sertanejos, no campo das ações culturais do Mobral no município de Santana do Ipanema-AL (1973 – 1985)?

Dessa vez as fontes orais encontraram apoio nas fontes visuais – fotografias –, concebidas no estudo como disparadoras de outras narrativas que vão além das narrativas orais. O estudo vem buscando destacar, sobretudo, o que dizem as imagens pelos seus elementos constitutivos em termos de iconografia. Leite (1993, p. 149) afirma ser necessário, o aguçamento da sociabilidade para a percepção das narrativas contidas nas fotografias,

segundo ela, “Não se procura na fotografia apenas o que comprove as análises históricas verbalizadas, mas sim informações, dimensões e relações que as verbalizações não têm condições de proporcionar”.

No estudo atual, as fotografias são entendidas como fontes que carregam em si narrativas que se relacionam e são inseparáveis das demais narrativas proporcionadas pelas fontes orais que aparecem na referida pesquisa. Ao discorrer sobre a análise da fotografia enquanto documento histórico, Leite (1993, p. 37) esclarece que o fato da fotografia ser imóvel e estática, possibilita a representação de um tempo presente, “[...] um agora diante do qual o pesquisador é levado a reconstruir o que levou aquelas personagens a estarem ali, assim, daquele jeito, naquele momento. ” Essa reconstrução exige o extrapolar do espaço definido pela câmera, e requer uma análise mais profunda e subjetiva do leitor. “Após a identificação do conteúdo da fotografia é preciso deduzir o que não se vê, em torno daquilo que se está vendo” (LEITE, 1993, p. 44). Para tanto o uso das narrativas orais torna-se indispensável na pesquisa.

A fotografia com sua potencialidade de apreender de forma eficaz uma determinada situação potencializa a dedução do que não é visto na imagem e possibilita, sobretudo, a releitura daquilo que se está vendo. Já Guran (2012, p. 70) esclarece que:

[...] sua capacidade de apreender muito rapidamente uma situação lhe permite inventariar cenários, eventos e circunstâncias com precisão e abrangência muito superior à memória ou ao resultado obtido com apontamentos.

As concepções destacadas pelo autor põem em evidência o valor da fotografia para a escrita da história do Mobral, uma vez que elas evidenciam “[...] aspectos que dificilmente poderiam ser traduzidos claramente apenas pela linguagem escrita” (GURAN, 2011, p. 96).

Nessa caminhada, temos captado as minuciosidades por meio das imagens fotografadas que vêm nos permitindo o aguçamento do olhar que analisa o acontecimento histórico das ações culturais do Mobral, ao admitir novas interpretações sobre um passado que foi doloroso, considerando a ditadura civil-militar no Brasil de muito sofrimento. E traz o desconhecimento total do sertanejo do que se passava no país, o que pode parecer paradoxal ao estarmos estudando esse Movimento. No entanto, para nossa surpresa, temos descoberto o que representou o Mobral, para essas pessoas esquecidas das políticas públicas.

No que se refere às contribuições e ressignificações das ações culturais do Mobral, na comunidade sertaneja, na perspectiva dos interlocutores, a pesquisa evidenciou forte aprovação do Movimento, uma vez que este se apresentava como um espaço privilegiado de

socialização da cultura nacional, bem como espaço de socialização da cultura dos artistas locais, nas unidades operacionais, no Posto Cultural e na Mobralteca.

6 (In)conclusões

Ressaltamos a metodologia da História oral como aliada das pesquisas narradas, e apontamos as lições que favorecem as experiências dos interlocutores dessas pesquisas, sobretudo, acerca das relevantes contribuições que não devem ser esquecidas ou relegadas ao passado. Mas precisam ser compreendidas no presente, elas estão nos possibilitando um construto histórico-dialético, ao compor uma rede documental mais lúcida e mais coerente no campo da EJA em Alagoas.

Corroboramos os escritos de Benjamin (2012) e os estudos de Bosi (1994, p. 85) que nos esclareceram o valor das narrativas, no sentido de entendermos nas pesquisas constantes neste artigo, que “a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que escutam”. É nessa perspectiva, de respeito às experiências vividas e agora narradas, que buscamos a composição de novas histórias sobre a Educação de Jovens e Adultos em Alagoas, com ênfase na atuação do Mobral.

Nessa perspectiva, destacamos a relevância da apresentação das outras dimensões da história, e buscamos dar visibilidade às narrativas de sujeitos que não participaram da construção da história oficial. As pesquisas buscaram nas narrativas dos sujeitos partícipes das ações do PBA do PAF/Mobral e do Mobral Cultural, a possibilidade de apresentação de outras dimensões da história.

As fontes orais e visuais, sobretudo, desconstruíram ideias que tínhamos prontas e acabadas sobre determinados conhecimentos e revelaram a complexidade da escuta ao lançarem os pesquisadores a novas aventuras em cada investigação. E deixou soar novas interpretações que emergem de memórias e de histórias de vida, marcadas indelevelmente, muitas vezes não creditadas como possíveis. E por fim deixaram pistas para continuarmos a reconstruir a história da Educação de Jovens e Adultos em Alagoas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Distante e/ou do instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.). **Culturas dos sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. Prefácio - Continuando a conversa. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; PEREZ, Carmem Lúcia Vidal; OLIVEIRA, Inês Barbosa de Oliveira. **Aprendizagens cotidianas com pesquisa: novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, v. 14, 125-136.1995.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da escrita**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012 – (obras Escolhidas v.1).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARTIER-BRESSON, Henri. “O momento decisivo”. In: BACELLAR, Mário Clark (Org.). **Fotografia e jornalismo**. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes (USP), 1971, pp. 19-26.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz; MOURA, Tânia Maria de Melo. A Educação de Jovens e Adultos em Alagoas: incursões na história das – ações e concepções em âmbito governamental (1960-1980). In: GRACINDO, Regina Vinhaes et al. (Org.). **Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio educacionais**. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

GURAN, Milton. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.7, n.10, p.77-106, jan./jun. 2011.

GURAN, Milton. **Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões**. Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**. São Paulo: Edusp, 1993.

LIMA, Nilzete Souza Silva de. **Campanhas de alfabetização de adultos e de jovens e adultos em Maceió: Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral, 1967-1985) e Programa Brasil Alfabetizado (PBA, 2003-2010)**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

MELO, Adriana Ferreira. **O lugar-sertão: grafias e rasuras**. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PAIVA, Jane. **Os sentidos do direito à educação para jovens e adultos**. Petrópolis: Faperj, DP, 2009.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, v. 2, n.3, 1989. p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SILVA, Jailson Costa da. **O Mobral no sertão alagoano: das histórias e memórias às sínteses possíveis após quatro décadas**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SOBRE OS AUTORES

Marinaide Lima de Queiroz Freitas

Pós-Doutora em Formação Docente pela Universidade do Porto, Portugal. Doutora em Linguística. Professora da Graduação em Pedagogia e da Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação Brasileira (Cedu/Ufal). Líder do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos (Multieja). E-mail: naide12@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3659-4165>

Jailson Costa da Silva

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), com período sanduíche no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj. Professor do Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Alagoas (Ifal - Campus Piranhas), área: Formação de Professores. Desenvolve pesquisas no campo da História e Política, sob os enfoques da História Oral e Memória. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos (Multieja/Ufal/CNPq) membro do Grupo de Pesquisa Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos (ProPEd/Uerj/CNPq). E-mail: jailsonsandes2009@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5078-3603>

Recebido em: 9 de dezembro de 2018

Aprovado em: 14 de maio de 2019

Publicado em: 01 de julho de 2019